

## Capoeiras e a Revolta da Vacina

FABIO SAMU DA CUNHA\*

### Resumo

Os capoeiras eram um problema para a República, antes mesmo de ela ser consolidada. Rodrigues Alves, que governou o Brasil no período de 1902-1906, enfrentou uma grande greve no ano de 1903. No ano de 1904 eclodiu a revolta da vacina. Para combater a epidemia da varíola era necessário tornar obrigatório a vacina de Jenner. O texto faz uma análise sobre os reais motivos que levaram a revolta da vacina e a adesão, com grande destaque, dos capoeiras na revolta.

**Palavras-Chave:** Rio de Janeiro; Violência; República; Urbanização.

### Abstract

Capoeira practitioners were a problem to the Republic, even before it had been consolidated. Rodrigues Alves, who ruled Brazil from 1902 to 1906, faced an important strike in 1903. In the year 1904, the vaccine upheaval broke out. To fight the smallpox epidemic it was necessary to make Dr. Jenner's vaccine mandatory. This text studies the real motivations that led to the vaccine revolt and to the enrollment, with great importance, of capoeira practitioners in the upheaval.

**Key words:** Rio de Janeiro; Violence; Republic; Urbanization.



\* **FABIO SAMU DA CUNHA** é Mestre em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor Substituto da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFRJ. Professor da Faculdade Internacional Signorelli.



Revolta da Vacina

### Introdução

O objetivo desse texto é fazer uma análise sobre os dois maiores problemas que o Governo Republicano teve no início do século XX: os capoeiras e a Revolta da Vacina. Os capoeiras são adversários da República antes mesmo dela ser consolidada. Dados históricos mostram que os capoeiras criaram a Guarda Negra que tinha duas funções estratégicas: defender a monarquia e combater a propaganda republicana. Os soldados da Guarda Negra procuravam sempre estar presente nos comícios e reuniões organizadas pelos republicanos com o objetivo claro de criar tumulto, impedindo, assim, o sucesso das mesmas. No mês de dezembro, depois da proclamação da República, os jornais começavam a noticiar que o chefe do Corpo de Polícia determinou o fim da capoeiragem (BRETAS, 1991).

A revolta da vacina ocorreu por desavença de grupos políticos que, a princípio, debatiam sobre a defesa dos direitos civis. No início tudo foi tratado

com muita naturalidade. Todos sentiam-se a vontade para fazer suas colocações. O Governo tinha interesse em aprovar uma nova lei para combater a epidemia de varíola e, com isso, a vacina de Jenner tornar-se-ia obrigatória. A oposição considerava uma interferência no corpo do cidadão. A partir desse momento desabrocharam, então, várias revoltas dentro da revolta. Caminhou a conspiração militar - Centro das Classes Operárias, que buscava derrubar o governo (CARVALHO, 1996). Grupos rivais aproveitaram-se desse clima bélico para promover *acertos*. Os consumidores dos serviços públicos não toleram mais os desleixos das companhias. Produtores entraram em atrito com as fábricas: “E todos os cidadãos desrespeitados acertaram as contas com o governo...Era a revolta fragmentada de uma sociedade fragmentada” CARVALHO, 1996, p.138). Um dado que devemos ressaltar: quando a revolta militar foi contida, os

capoeiras assumiram um papel de destaque no enfrentamento ao governo.

### Os capoeiras

Para compreendermos a natureza dos capoeiras precisamos entender quatro fatores: corpo, música, roupa e código de comportamento. O corpo do capoeira é sinônimo de plenitude que "livra-se do condicionamento e do esquadramento que buscam neutralizá-lo, adestrá-lo e pacificá-lo, readquirindo autonomia. Era através dele, por seus movimentos, que o capoeira se fazia identificar" (SALVADORI, 1990, p.116). Vejamos o que Foucault nos diz sobre o controle do corpo:

O corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas entretanto são novas nessas técnicas. A escala, em primeiro lugar do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. O objeto, em seguida, do controle: não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou a linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia do movimento, sua organização interna; a coação se faz mais sobre as forças que sobre os sinais; a única cerimônia que realmente importa é a do exercício. A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre o resultado e se exerce de acordo com uma

codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as disciplinas (FOUCAULT, 1987, p.118).

As palavras de Foucault nos servem para demonstrar que o corpo do capoeira funciona como um instrumento de autonomia e resistência. Sendo assim, o capoeira significa a ineficácia do aparelho disciplinador. Por isso, o seu corpo deixa transparecer o tom de ameaça. E o que pensar das maltas? Nesse caso podemos afirmar que evidenciam o fracasso total das estratégias de disciplinarização.

Vários estudos apontam que a gênese da autonomia da liberdade de movimento do capoeira está na ginga. Sem a ginga, não existiria o balanço do corpo e a sua mobilidade. "A ginga é, portanto, um jeito de andar que se aproxima da dança e que se afasta do gesto condicionado e mecânico do trabalhador" (SALVADORI, 1990, p.118). Podemos entender o balanço como uma surpresa no movimento. Essa surpresa de movimento que gera o medo e garante o caráter assustador do capoeira.

Além da ginga, um outro elemento de movimento do corpo que devemos destacar é o olhar. O olhar do capoeira é desafiador e impositivo. "O direcionamento do olhar, direto e decisivo para o outro, apaga a noção de medo imposta pelo controle e vigilância que a polícia e os grupos dominantes pretendiam impor" (SALVADORI, 1990, p.119).

É impossível pensar num capoeira e não ter em mente instrumentos como o berimbau e o pandeiro. Sem a música

não existiria a ginga e sem a ginga não existiria o capoeira. A música era responsável por manter a identidade do capoeira com ele mesmo e com sua malta. Quando havia conflitos com a polícia, o que unificava as maltas era o cantar de seus hinos. Esse canto criava um vigor coletivo para enfrentar o inimigo. Esse canto servia também para enaltecer os feitos do passado e garantir a sua memória. A música também garantia o lado lúdico e isso remete ao *não-trabalho*.

A maneira de se vestir também era uma característica essencial dos capoeiras. A roupa garantia notoriedade e popularidade, além de diferenciá-lo de outros elementos. Desta forma, ele não tinha a aparência de um operário. Isso evidencia, claramente, a utilização política do corpo. Para Salvadori, “a roupa marca uma crítica indireta ao trabalho, em sua função disciplinar de adestramento, tornando os capoeiras sujeitos singulares e amplamente conhecidos” SALVADORI, 1990, p.126).

Uma informação relevante: muitos capoeiras usavam lenços de seda ao redor do pescoço. Esse utensílio servia para protegê-los das navalhas, pois faziam a lâmina deslizar no tecido sem ferir a pele.

O capoeira também possuía um código de comportamento. “Através dele torna-se possível atingir valores consagrados não só pelos capoeiras, mas também por boa parte da população carioca” (SALVADORI, 1990, p.128). O principal valor moral para os capoeiras era a valentia. Através do seu próprio corpo, que neste momento torna-se uma arma, o capoeira demonstra todo sua valentia e coragem. Fugir era sinal de fraqueza, mesmo quando as condições eram desfavoráveis e o inimigo estava em maior número. Essa valentia fazia

com que regras fossem estabelecidas para a convivência entre eles. O não cumprimento das regras poderia gerar punições estabelecidas pela malta. Por exemplo, o respeito ao *pedaço* do outro era fundamental. Quando maltas entravam em conflitos umas com as outras, mesmo assim, não havia rompimento das normas de convivência estabelecida anteriormente. E caso ocorresse que, num desses momentos de conflito, a polícia tentasse invadir os espaços das maltas, o conflito seria deixado de lado e elas se uniriam para enfrentá-la.

A liderança era outro importante atributo na vida dos capoeiras. Sua conquista estava ligada a soma de dois quesitos: “destreza e coragem, numa aliança entre a agilidade do corpo e a determinação nos momentos de conflito” (SALVADORI, 1990, p.131). As façanhas do líder faziam parte do folclore de malta e eram transmitidos via oral, dos membros mais antigos para os membros mais novos, de modo que, a história fosse preservada.

A religiosidade também era algo importante na vida do capoeira. Ela era expressada no corpo, através das tatuagens que contam a história do indivíduo, e na alma, por isso todo capoeira tinha uma crença em Deus e um respeito absurdo pela morte. “Isto explica, então, que a vingança do capoeira não se traduza em um rancor infinito; a morte também devolve para eles a noção de igualdade” (SALVADORI, 1990, p.137).

O tratamento a mulher pode ser considerado algo impar na história. O código de comportamento do capoeira não via a mulher como um ser com plenitude e liberdade. A mulher deveria ser vista como uma propriedade do outro. Então o respeito dado a ela, não era um respeito ao ser “mulher”, mas

um respeito ao outro. O desrespeito a mulher pode ser interpretado, de maneira simbólica, como uma invasão do pedaço do outro.

A traição não era aceita em hipótese alguma. Não eram apenas valores morais, mas envolvia o corpo do capoeira no momento do combate. Por esse motivo, dois dogmas eram fundamentais: não bater em homem deitado e não navalhar à traição. A luta era travada em igualdade de condições. O inimigo derrotado devia ser respeitado e o vencedor reconhecido pelo adversário.

As maltas funcionavam como uma organização autônoma. E no seu interior, cada capoeira era responsável por construir a sua história. Sua ascensão frente ao grupo estava diretamente relacionada a sua competência individual. Não existia nepotismo ou apadrinhamento, como é comum no mundo que vivemos hoje.

### **A Revolta da Vacina**

A Revolta contra a vacina aconteceu no ano de 1904, porém, devemos destacar que alguns acontecimentos ocorridos no ano anterior propiciaram um maior engajamento de grupos organizados na revolta. Em maio de 1903 houve um desfile operário que contou com a participação de 20 mil pessoas, segundo o chefe de polícia. Em agosto iniciou-se uma greve na fábrica de tecidos Cruzeiro. A reivindicação dos trabalhadores era a diminuição da jornada de trabalho e um aumento salarial. Esta greve logo ampliou-se e atingiu outras fábricas de tecido. O ápice ocorreu no dia 17 de agosto onde imperava um discurso de greve geral para todas as categorias. "Aderiram canteiros, pedreiros, charuteiros, sapateiros, chapeleiros, alfaiates, pintores, catraieiros, estivadores,

carregadores de café" (CARVALHO, 1996, p.121). No Jardim Botânico, nas proximidades da fábrica Carioca, houve um intenso tiroteio entre operários e a polícia. Um outro tiroteio acontece nas Laranjeiras, perto da fábrica Aliança. Nos bairros Cosme Velho, Laranjeiras e Vila Isabel os combustores de gás são destruídos. A polícia não tinha mais condições de realizar a guarda das fábricas e o Exército precisou ser acionado para a função.

O relato acima mostra uma certa insatisfação das classes trabalhadoras com as políticas governamentais. Em 1902, quando Rodrigues Alves assumiu o governo, ele tinha total conhecimento que seu antecessor não deixaria saudades a população. O combate à inflação na gestão de Campos Sales foi marcado por uma política de recessão econômica "que se caracterizava pela redução do meio circulante, pela contenção drástica dos gastos do governo e pelo aumento de impostos, especialmente através da tarifa-ouro sobre os produtos de importação" (CARVALHO, 1996, p.92).

Rodrigues Alves não fez nenhuma mudança na política do campo financeiro, porém, investiu nas obras públicas de saneamento e reforma urbana. Seu governo foi favorecido com o alta no preço do café, estagnado desde 1896 e, também, com o aumento significativo nas importações das matérias-primas, assim, como o aumento do consumo de cimento e aço. Pereira Passos fora nomeado prefeito da cidade e Oswaldo Cruz tornou-se diretor do Serviço de Saúde Pública.

Pereira Passos tinha como objetivo transformar a nossa cidade, cuja administração era caótica e o povo extremamente mal educado, numa Paris dentro continente sul americano. Desta

forma, criou medidas de comportamento:

Proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas; mandou recolher a asilos os mendigos; proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos, a venda ambulante de bilhetes de loteria. Mandou também que não se cuspsse nas ruas e dentro dos veículos, que não se urinasse fora dos mictórios, que não soltassem pipa (CARVALHO, 1996, p.95).

Quando Oswaldo Cruz assumiu, suas atenções foram direcionadas para enfrentar a febre amarela. Ele repetiu no Brasil os métodos adotados por Cuba. Por um lado, criou nos hospitais medidas, de modo que, fosse possível o isolamento dos doentes e, por outro lado, montou uma operação de guerra contra os mosquitos. Em seguida, passou a enfrentar a peste bubônica. Seria necessário eliminar ratos e pulgas e, ao mesmo tempo, realizar um trabalho de dedetização de ruas e casas. Uma grande equipe formada por sanitaristas, mata-mosquitos e operários da limpeza passaram a atuar nas ruas da cidade e, também, realizavam visitas em casas e prédios. Nessas visitas doentes eram removidos, reformas no estabelecimento eram exigidas e, caso necessário, a interdição do imóvel era feita. As áreas com maior densidade demográfica e, conseqüentemente, de maior pobreza costumavam impedir o trabalho das equipes da saúde. Nessas locais era necessário o auxílio das forças policiais. Para termos uma idéia da dimensão das áreas visitadas, segue os seguintes números: "só no segundo semestre de 1904 foram visitadas 153 ruas; foram feitas, no primeiro semestre, 110224 visitas domiciliares, 12971 intimações, 626 interditos" (CARVALHO, 1996, p.94 e 95).

Além da febre amarela e da peste bubônica, Oswaldo Cruz precisaria enfrentar uma terceira epidemia: a varíola. A forma de combater esta epidemia era implantar a obrigatoriedade da vacina de Jenner. Essa vacina já era usada no Brasil desde 1801.

Em 1837, uma postura municipal tornara-a obrigatória no Rio de Janeiro para crianças de até três meses de idade, sob pena de multa de 6\$000, a ser paga pelos responsáveis. Em 1884, o decreto estendera a obrigação a todo o império para todas as pessoas. Em Dezembro de 1889, um mês depois da proclamação da República, o governo provisório renovara a obrigatoriedade para crianças de até seis meses de idade. A partir daí, até 1903, uma série de decretos foi ampliando a exigência da vacinação para os alunos de escolas públicas, civis e militares, para os empregadores dos correios, para os detentos e menores recolhidos a asilos públicos (CARVALHO, 1996, p.95-96).

Para enfrentar a epidemia de varíola, o governo percebeu que era necessário criar uma nova lei, de modo que, a vacina de Jenner tornar-se-ia obrigatória. No dia 20 de julho, o projeto foi aprovado no Senado com 11 votos contrários. Na Câmara a aprovação foi quase que total e no dia 31 de outubro tornou-se lei. Os três principais nomes de oposição a aprovação da nova lei foram: Barbosa Lima e Alfredo Varela, na Câmara e Lauro Sodré, no Senado.

A discussão não foi encerrada após a aprovação na Câmara e no Senado. Alguns veículos de imprensa eram contrários a posição do governo. Faziam parte deste grupo os jornais Correio da Manhã e o Commercio do Brazil. Para eles, o poder público não tinha

competência "para invadir o recesso dos lares, seja para inspeção, seja para desinfecção, seja para remoção de doentes, ou sequestro, como preferiam dizer" (CARVALHO, 1996, p.98). O jornal *O Paiz* era governista e para tentar justificar a decisão do governo decidiu realizar uma entrevista com J.J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores. Na entrevista o ministro afirma que a lei seria respeitada e que nenhum tipo de excesso seria praticado pelo governo. O problema é que o texto aprovado em lei não era esclarecedor.

Oswaldo Cruz ficou responsável pela regulamentação do projeto de lei. Reuniões foram marcadas, discussões postas a mesa entre médicos, juristas e políticos para definir a melhor maneira de se colocar em prática a vacinação. Porém, uma minuta das reuniões vazou para o jornal *A Notícia* e foi publicado no dia 10 de novembro. O documento dizia que a vacinação poderia ser feita por um médico particular, mas que seria imprescindível firma reconhecida no atestado. Esse atestado seria exigido para tudo: emprego, matrícula escolar, hospedagem, casamento e etc. A ausência do atestado geraria multa.

Após publicação da minuta, até mesmo os que defendiam a vacina ficaram contra o governo. O *Paiz*, como já foi dito, jornal governista atacou Oswaldo Cruz afirmando ser um cientista desligado das realidades do país. O jornal procurou o ministro e este tentou justificar que a minuta não passava de um debate entre especialistas.

A repercussão que teve na imprensa não demorou muito para chegar nas ruas. Lauro Sodré, Vicente de Souza e Jansen Tavares queriam fundar uma Liga contra a Vacina Obrigatória. Segundo o jornal *Correio da Manhã* esta reunião teve um público superior a 2 mil pessoas. Lauro Sodré, em sua fala,

afirmou que a lei era arbitrária e deprimente, que era necessário resistir. Também fez ataques ao governo considerando-o corrupto e fora da lei. Vicente de Souza fez um discurso ainda mais agressivo:

Mencionou que cerca de seis mil operários tinham feito petição ao congresso; que há dois anos fora solicitado ao prefeito que se construíssem casas higiênicas para os operários para substituir os cortiços e estalagens, focos de endemias. Nada fora feito. Pintou a situação em que ficaria a família proletária com a nova lei. Ao voltar do trabalho, o chefe fica sem poder afirmar que a honra de sua família esteja ilesa, por haver aí penetrado desconhecido amparado pela proclamação da lei da violação do lar e da brutalização aos corpos de suas filhas e de sua esposa. A messalina entrega-se a quem quer, mas a virgem, a esposa e a filha terão que desnudar braços e colos para os agentes da vacina (CARVALHO, 1996, p.100-101).

A partir daí vários distúrbios passaram a acontecer na capital do República. Nos dias 10 e 11 de novembro, sempre em frente a Escola Politécnica, grupos de alunos iniciavam discursos humorísticos e, com isso, pessoas aglomeravam-se a eles e passaram a percorrer o centro da cidade. O fim das ações era sempre em confronto com a polícia, ocorrendo várias prisões. No dia 11 outras associações de classes declararam apoio ao movimento. Entre elas estavam: o Centro Internacional dos Pintores; as Associações de Classes União dos Chapeleiros, União dos Pedreiros, União dos Cigarreiros e Charuteiros; a Associação de Resistência dos Marinheiros e Remadores; a Sociedade de Carpinteiros e Artes Correlatas e o Centro Geral dos Foguistas.

No dia 12 de novembro houve uma reunião para definir as diretrizes da liga. Ela ocorreu no Centro das Classes Operárias, nas proximidades da praça Tiradentes. Marcada para às vinte horas, a partir das dezessete, já havia uma grande quantidade de pessoas no largo de São Francisco. Segundo o Correio da Manhã, garotos da classe operária, iniciaram uma encenação representando os acontecimentos da véspera, mostrando a violência da polícia contra a população. Eles usavam pedaços de madeiras retirados de obras. Não demorou muito para que o teatro fosse transformado em realidade. Espadas e tiros por parte da polícia eram respondidos com bombas de brinquedo e a quebra dos combustores de iluminação.

Às 20 horas todos estavam no Centro das Classes Operárias. Segundo o Correio da Manhã haviam quatro mil pessoas presentes, de várias classes sociais. O ambiente era tenso. A polícia agora passou a fazer provocações. O primeiro a falar foi Lauro Sodré. Em seu discurso chamou o governo de fazendeiros e disse que era preciso o povo resistir. O discurso de Barbosa Lima seguiu a mesma linha de Lauro. Vicente de Souza alertou a população para não acreditar nas palavras do ministro da Justiça quando este afirmava não endossar as ações de Oswaldo Cruz. Apesar da notória participação popular, O Paiz considerou a reunião um fracasso total, pois os organizadores não conseguiram abordar o tema proposto: as diretrizes para fundação da liga.

No dia 13 de novembro, o conflito generalizou-se:

Um aviso no Correio da Manhã, de 12, convocara o povo a aguardar na praça Tiradentes, onde ficava o Ministério da Justiça, os resultados

da reunião da comissão que iria examinar o projeto do regulamento. A comissão acabou adotando projeto substantivo, feito pelo dr. Teixeira Brandão, baseado na lei francesa de 1903. Mas nada disto importava mais. Ainda durante a reunião, pelas duas horas da tarde, quando chegou o chefe de polícia, Cardoso de Castro, seu carro foi apedrejado. A polícia carregou sobre a multidão. O local se tornou uma praça de guerra. Aos poucos, a luta se espalhou pelas ruas adjacentes, pela Sacramento e avenida Passos, pelo largo de São Francisco, ruas do Teatro, dos Andradas e da Assembleia, Sete de Setembro, Regente, Camões, São Jorge. Segundo o Jornal do Comércio, houve descargas cerradas de carabina e revólveres. Os bondes começaram a ser atacados, derrubados e queimados. Foram quebrados combustores de gás e cortados os fios de iluminação elétrica da avenida Central. Surgiram as barricadas, primeiro na avenida Passos, depois nas ruas adjacentes. Oradores subiam aos montes de pedras das construções e incitavam ao ataque. Na rua São Jorge, as prostitutas saíram as ruas para aderir a luta contra a polícia, ficando uma delas ferida no rosto. Começaram os ataques às delegacias de polícia e ao próprio quartel da cavalaria, na Frei Caneca. Verificaram-se também assaltos ao gasômetro e às companhias de bondes. Os distúrbios se espelharam atingindo a praça Onze, Tijuca, Gamboa, Saúde, Prainha, Botafogo, Laranjeiras, Catumbi, Rio Comprido, Engenho Novo (CARVALHO, 1996, p.103-104).

A luta continuou noite adentro, com tiroteios e a cidade escura. O Exército e a Marinha foram acionados. Passaram a proteger locais estratégicos. No dia 14, os jornais publicavam notícias

discrepantes. Para o Correio da Manhã, as tropas da Marinha e do Exército eram aplaudidas pela população por garantirem a ordem pública. O Jornal do Comercio relatou toda a destruição ocorrida durante os conflitos. O Correio da Manhã fazia ataques ao ministro da Justiça e classificava Rodrigues Alves como o desmoralizador da República, devido aos crimes praticados pela polícia.

E as manifestações violentas continuavam. Houve uma tentativa de assalto a 3.<sup>a</sup> Delegacia Urbana. A 2.<sup>a</sup> Delegacia foi tomada e com a chegada do Exército, os manifestantes a abandonaram. A 5.<sup>a</sup> Delegacia foi tomada e depredada. Na Saúde houve tiroteio, os manifestantes montaram trincheiras de resistência. O Moinho Inglês, localizado na rua da Gamboa, foi atacado. “Na Visconde de Itaúna, houve tiroteios entre guardas-civis e soldados do Exército, comandados pelo alferes Varela, do 22.<sup>o</sup> BI. Os soldados prenderam e feriram alguns guardas” (CARVALHO, 1996, p.106).

No Clube militar houve uma reunião com a presença de Lauro Sodré, o deputado Varela, o major Gomes de Castro, o general Travassos, Vicente de Souza, Pinto Andrade, monarquistas, militares de diversas áreas e alguns civis. Ao tomar conhecimento da reunião, o ministro da Guerra ordenou que o general Leite de Castro, presidente do clube, encerrasse o encontro. A ordem do ministro foi cumprida. Algum tempo depois, quando estava no centro da cidade, Vicente de Souza recebeu voz de prisão. A noite, Pinto Andrade e o major Gomes de Castro tentaram tomar a Escola Preparatória e de Tática de Realengo. O plano não deu certo e ambos foram presos. Em relação a Escola Militar da Praia Vermelha o desfecho foi diferente.

Lauro Sodré, Varela e o general Travassos não tiveram qualquer problema para tomar a escola. O comandante, general Costallat, não fez nenhuma resistência. Ao tomar conhecimento do levante, o governo enviou tropas do Exército e Marinha para o local. Houve troca de tiros. Militares das tropas do governo mudaram de lado, o general Travassos foi atingido, Lauro Sodré não foi mais visto. No final, ambos os lados partiram em debandada. A princípio, o governo entra em pânico, ao receber a notícia do ocorrido. Foi sugerido ao presidente que se alojasse num navio de guerra. Rodrigues Alves negou prontamente. Um pouco depois, uma notícia que trouxe alívio: os cadetes recuaram e regressaram a escola. Na manhã seguinte foram recolhidos a prisão sem qualquer tipo de resistência. O saldo do combate foi o seguinte: o lado dos revoltosos teve três mortos e vários feridos e o lado do governo um número em torno de 32 feridos.

No dia 15 de novembro não houve desfile militar e a situação na cidade continuava tensa. Apesar de ter controlado a revolta militar, os grupos não-militares continuavam atuando. Para o Paiz isso era inaceitável. Os redutos do Sacramento e da Saúde eram controlados pelos rebeldes. A 19.<sup>a</sup> Delegacia foi atacada por operários das fábricas de tecido, um cabo da guarda foi morto nesta ação. O gasômetro, algumas fábricas e às casas de armas também foram atacados. “Houve distúrbios no Méier, Engenho de Dentro, Encantado, Catumbi, São Diogo, Vila Isabel, Andaraí, Matadouro, Aldeia Campista, Laranjeiras” (CARVALHO, 1996, p.109).

No mesmo dia 15 chegaram os reforços vindos de Minas e São Paulo. O estado de sítio era iminente e foi decretado no

dia 16. Somente no dia 18 a situação começou a ser controlada.

### Prata Preta

Seu nome de origem era Horácio José da Silva. Era chefe dos capoeiras na Saúde. Foi preso num enfrentamento do seu grupo com o Exército. Não havendo mais condições de resistir, o grupo fugiu. Prata Preta permaneceu. Além de possuir uma navalha e uma faca, segurava um revólver em cada mão e desferia tiro para todos os lados. Um único homem contra vários soldados do exército e da polícia. Em nenhum momento demonstrou medo. Antes de ser capturado matou um soldado do exército e feriu gravemente dois policiais. Foi preciso colocá-lo numa camisa de força. Sozinho, amarrado, correndo o risco de ser linchado pelos soldados, só não foi devido a intervenção do chefe de polícia, continuou a insultar e ameaçar todos os presentes.

### Considerações finais

Entre diversos grupos atuantes, a revolta da vacina também foi marcada pela presença dos capoeiras. Pode parecer estranho ter apenas citado Prata Preta. O problema são os registros históricos que temos. Ao contrário das revoltas parisienses, que tinham como fonte de estudos os arquivos policiais e judiciais, no Brasil, a maioria dos presos não tinham processos. Apenas os líderes eram processados. Tivemos casos de pessoas deportadas sem processo e daqueles presos que foram soltos como se nada tivessem feito, ou seja, o período que esse indivíduo passou na

prisão não existe nem para o estado, nem para a justiça. Para Carvalho, "os processos não só fornecem nomes e características sociais, como também informações sobre as ideias e valores dos revoltosos" (CARVALHO, 1996, p.113). A falta de processo foi um fator que permitiu, por exemplo, que João Batista Sampaio Ferraz, chefe de polícia do Rio de Janeiro no ano de 1889, utiliza-se seu poder discricionário para prender "capoeiras, enviando muitos deles para Fernão de Noronha" (BRETAS, 1997, p.47).

O que nos leva a afirmar que os capoeiras tiveram uma atuação de destaque após o levante militar ter sido controlado foram as áreas que o governo perdeu o controle. Saúde e Sacramento são exemplos de áreas com uma presença muito forte de capoeiras.

### Referências

- BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na Cidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A queda do império da navalha de rasteira**. In: Revista Estudos Afro-Asiáticos nº 20, p. 239-256, 1991.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SALVADORI, Maria Angela Borges. **Capoeiras e Malandros: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950)**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual de Campinas: 1990.